

Rua José de Souza Campos, 457 - Telefone: (0xx35)3456-1672

ÉAMARA MUN. DE NATÉRCIA

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS

Ofício nº. 045/2010

De: Presidência da Câmara Municipal

Para: Gabinete do Prefeito

Assunto: Encaminhamento (faz)

Data: 09/09/2010

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Cumprimentando Vossa Excelência, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência, para as providências necessárias as seguintes preposições:

- ✓ Autógrafo do Projeto de Lei nº 020/2010 que "Altera a Lei Municipal nº 1.097, de 02 de Dezembro de 2009 (Lei do Plano Plurianual) que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2010 a 2013, altera a Lei Municipal nº 1074, de 17 de Junho de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2010 e autoriza a abertura de crédito especial no orçamento do exercício financeiro de 2010".
- ✓ Autógrafo do Projeto de Lei 021/2010 que "Dispõe sobre a política municipal do Idoso, cria o Conselho Municipal do Idoso e dá outras providencias"

Na oportunidade, renovo meus protestos de respeito e consideração.

JOÃO BOANERGES MARTINS

Vice- Presidente da Câmara Municipal de Natércia

Exmo. Sr..
JOSÉ AIRTON JUNHO DOS REIS
DD. PREFEITO MUNICIPAL
NATÉRCIA - MG

Evaniele Elso Fernandes 09/09/2010





Rua José de Souza Campos, 457 - Telefone: (0xx35)3456-1672

MUN. DE NATÉRCIA

FOLHA, 26

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI 021/2010

"Dispõe sobre a Política Municipal do Idoso, cria o Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências."

O POVO DO MUNICÍPIO DE NATÉRCIA, ESTADO DE MINAS GERAIS, POR MEIO DE SEUS REPRESENTANTES LEGAIS APROVA, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º A política municipal do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação na sociedade.

Art. 2º Considera-se idoso, para os efeitos dessa lei, as pessoas maiores de 60 (sessenta) anos de idade.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Art. 3º A política municipal do idoso reger-se-á pelos seguintes princípios:

I - a família, a comunidade e os poderes municipais constituídos têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;

 II - o processo de envelhecimento diz respeito a toda comunidade Naterciana, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;

III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;

IV - o idoso deve ser o principal agente e destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;

V – as diferenças econômicas, sociais, culturais e o respeito às tradições dos vários segmentos da sociedade Naterciana deverão ser observados pelos poderes públicos municipais e pela comunidade na aplicação desta lei.

Rua José de Souza Campos, 457 - Telefone: (0xx35)3456-1672

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS

CÂMARA MUN. DE NATÉRCIA FOLHA, 27

- Art. 4º Constituem diretrizes da política municipal do idoso:
- I viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações;
- II participação do idoso singularmente ou através de suas organizações representativas na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos;
- III priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência;
 - IV descentralização político-administrativa;
- V contratação, capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços;
- VI implementação de sistema de informação que permita a divulgação da política, dos serviços oferecidos, dos planos, programas e projetos em cada secretaria e/ou superintendência do governo municipal;
- VII estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre o exercício da cidadania e os aspectos biopsicossociais do envelhecimento;
- VIII priorização do atendimento ao idoso em órgãos públicos municipais e privados prestadores de serviços;
- IX apoio e estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento, inclusive quanto aos aspectos de prevenção, visando à melhoria da qualidade de vida do idoso;
- X implementação de ações de saúde próprias para o idoso, especialmente para portadores de doenças que necessitem de assistência médica ou de enfermagem, evitando sua condução para entidades assistenciais ou asilares;
- XI promoção de ações conjugadas através dos diversos setores no sentido de formar imagens positivas do idoso, como uma pessoa plena, capaz e participativa da sociedade, usando os meios de comunicação existentes para divulgar amplamente essa imagem e todos os eventos pertinentes à terceira idade;
- XII realização de ações em escolas, igrejas, entidades de classe, associações dos diversos segmentos da sociedade, com a participação de seus membros e de profissionais das mais diversificadas áreas do conhecimento, visando informar a sociedade dos programas destinados ao idoso, buscando modificar a visão estereotipada que a sociedade possui do idoso;
- XIII implementação de programas que visem conscientizar o idoso e sua família sobre a importância do lazer e da atividade física, tanto

Rua José de Souza Campos, 457 - Telefone: (0xx35)3456-1672

MUN. DE NATÉRCIA

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS

em seus aspectos de participação social e de desenvolvimento pessoal quanto terapêutica, com estímulo à criatividade e ao espírito crítico;

- XIV estimulação de ações que propiciem a transmissão informal de experiência do idoso para as novas gerações e instalação de oficinas de vivências nas várias áreas culturais, tais como teatro, expressão corporal, pintura e outras manifestações artísticas;
- XV promoção de programas e ações para que o idoso carente tenha todo atendimento de que necessita preferencialmente em sua moradia, preservando sempre sua dignidade e auto-estima;
- XVI coordenação, financiamento e apoio a estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso, diretamente ou em parceria com outros órgãos.

CAPÍTULO III Da Organização, Gestão e Ações do Governo Municipal

- Art. 5º Ao Município, através da Secretaria Municipal de Ação Social, compete:
- I coordenar as ações relativas à política municipal do idoso, com a participação do Conselho Municipal do idoso;
- participar da formulação, implementação, acompanhamento e avaliação da política municipal do idoso;
- III promover o intercâmbio entre os diversos órgãos da administração municipal necessário à implementação da política municipal do idoso;
- IV elaborar, no prazo de 12 (doze) meses, diagnósticos da realidade do idoso no Município, visando subsidiar a formulação do plano de ação;
- V coordenar e elaborar o "Plano de Ação Governamental Integrado para Implementação da Política Municipal do Idoso" e a proposta orcamentária, em conjunto com as demais secretarias superintendências.
- VI encaminhar o "Plano Governamental Integrado para Implementação da Política Municipal do Idoso" ao Conselho Municipal do Idoso para deliberação e, posteriormente, para composição do Plano Municipal de Assistência Social, inserto no Plano Plurianual;
- VII encaminhar para apreciação do Conselho Municipal do Idoso os relatórios semestrais e anuais de atividades e realização financeira dos recursos destinados ao idoso;
- VIII articular-se com as secretarias estaduais e órgãos federais, responsáveis pela política de Saúde; Assistência Social, Trabalho, Habitação, Justiça, Cultura, Educação, Esporte, Lazer e Urbanismo, visando a implementação da política municipal do idoso;



Rua José de Souza Campos, 457 - Telefone: (0xx35)3456-1672

CÂMARA MUN. DE NATÉRCIA

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS

IX - formular política para qualificação sistemática continuada de recursos humanos na área do idoso;

X – garantir o assessoramento técnico ao Conselho Municipal do Idoso, bem como, órgãos municipais e entidades não governamentais, no sentido de tornar efetivos os princípios e as diretrizes desta lei, assim como, os direitos assegurados ao idoso pelas legislações federal, estadual e municipal;

XI - prestar apoio técnico e financeiro às iniciativas comunitárias de estudo e pesquisa na área do idoso;

XII - coordenar e manter atualizado o cadastro de entidades e organizações de atendimento ao idoso no Município;

XIII - criar banco de dados na área do idoso.

Art. 6º Para a implementação da política municipal do idoso compete às secretarias e/ou superintendências:

I - na área da Assistência Social:

- a) prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação das famílias, da sociedade e de entidades governamentais e não governamentais;
- b) estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivências, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliares e outros;
 - c) promover simpósios, seminários e encontros específicos;
- d) planejar, coordenar, supervisionar e financiar estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso no âmbito do Município;
- e) promover a capacitação de recursos humanos para atendimento ao idoso.
 - II na área da saúde:
- a) garantir ao idoso a assistência à saúde, nos diversos níveis de atendimento do Sistema Único de Saúde;
- b) prevenir, promover, proteger e recuperar a saúde do idoso, mediante programas e medidas profiláticas;
- c) adotar normas de funcionamento às instituições geriátricas e similares, com fiscalização pelos gestores do Sistema Único de Saúde;
 - d) elaborar normas de serviços geriátricos hospitalares;
- e) desenvolver formas de cooperação com as Secretarias de Saúde do Estado e do Município e com Centros de Referência em Geriatria e Gerontologia para treinamento de equipes interprofissionais;
- f) incluir a Geriatria como especialidade clínica, para efeito de concursos públicos municipais;
- g) realizar estudos para detectar o caráter epidemiológico de determinadas doenças do idoso, com vistas à prevenção, tratamento e reabilitação;
 - h) criar serviços alternativos de saúde para o idoso;



Rua José de Souza Campos, 457 - Telefone: (0xx35)3456-1672

-CÂ⊮ARA MUN. DE NATÉRCIA

FOLHA, 30

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS

i) implantar o fornecimento gratuito de medicamentos aos idosos, em especial os de uso continuado, assim como próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação;

j) disponibilizar locais exclusivos para marcação de consultas, exames e demais procedimentos médicos.

Parágrafo Único. Quando o tratamento de saúde, possibilitar alternativas de procedimentos médicos, ao idoso que esteja no domínio de suas faculdades mentais o direito de opção.

III - na área de educação:

- a) adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso;
- b) inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e produzir conhecimentos sobre o assunto;
 - c) desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar à população sobre o processo de envelhecimento;
- d) apoiar a criação de universidades abertas para a terceira idade, com meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber.
 - IV na área de Habitação e Urbanismo:
- a) destinar, nos programas habitacionais; unidades em regime de comodato, ao idoso, na modalidade de casas-lares;
- b) incluir nos programas de assistência ao idoso, formas de melhoria de condições de habitabilidade e adaptação de moradia, considerando seu estado físico e sua independência de locomoção;
- c) elaborar critérios que garantam o acesso da pessoa idosa à habitação popular;
 - d) diminuir barreiras arquitetônicas e urbanas;
- e) nos programas habitacionais públicos, subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade para a aquisição da moradia própria, com a reserva de 3% (três cento) das unidades residenciais para os idosos.

V - na área da Cultura, Esporte e Lazer:

- a) garantir ao idoso a participação no processo de produção, reelaborarão e fruição dos bens culturais;
- b) propiciar ao idoso o acesso a locais e eventos culturais, mediante preços reduzidos, no âmbito municipal;
- c) incentivar os movimentos dos idosos a desenvolver atividades culturais;
- d) valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural;
- e) incentivar e criar programas de lazer, esporte e atividades físicas que proporcionem a melhoria da qualidade de vida do idoso e



Rua José de Souza Campos, 457 - Telefone: (0xx35)3456-1672

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS

estimulem sua participação na comunidade.

VI – na área do Trabalho:

a) garantir mecanismos que impeçam a discriminação do idoso quanto à sua participação no mercado de trabalho, nos setores públicos e privado;

b) criar e estimular a manutenção de programas de preparação para a aposentadoria nos setores pública e privada, com antecedência mínima de dois anos do afastamento.

CAPITULO IV Do Conselho Municipal do Idoso

Secão I Da Natureza

Art. 7º Fica criado o Conselho Municipal do Idoso, órgão colegiado permanente, do sistema descentralizado e participativo da política do idoso do Município de Mineiros, com função deliberativa, normativa, fiscalizadora e consultiva, de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, vinculando a Secretaria Municipal de Ação Social.

Seção II Da Competência

Art. 8º Ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso compete:

I - elaborar e aprovar seu regimento interno;

II - propor e aprovar a elaboração de diagnóstico da população idosa no Município de Mineiros, sob os aspectos biopsicossociais, político, econômico e cultural, no âmbito municipal;

III - formular proposições, acompanhar e fiscalizar a política municipal do idoso a partir de estudos e pesquisas que levem em conta a sua inter-relação com o sistema social vigente;

IV - propor e aprovar projetos de acordo com a política do idoso;

V - deliberar sobre a adequação de projetos municipais aos interesses do idoso;

VI - participar da elaboração das propostas orçamentárias das secretarias do governo municipal, visando a preservação dos recursos vinculados aos planos, programas e projetos de implementação da política municipal do idoso, bem como, a destinação de recursos para a implementação de novos planos, programas e projetos;

VII - deliberar, fiscalizar, e avaliar a execução e aplicação dos recursos orçamentários destinados aos projetos decorrentes da aplicação da política municipal do idoso;

VIII – zelar pela efetiva descentralização política administrativa

CÂL \RA MUN. DE **NATÉRCIA**

FOLHA,

* TERM

CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA

Rua José de Souza Campos, 457 - Telefone: (0xx35)3456-1672

CÂMARA MUN. DE NATÉRCIA

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS

e incentivar a participação do idoso e das organizações representativas dos de judos de políticas, planos, programas e projetos de atendimento ao idoso;

IX – atuar na definição de alternativas de atenção à saúde do idoso, na rede pública de serviços ambulatoriais e hospitalares, com atendimento integral e definição de programas preventivos;

X - acompanhar e avaliar as negociações de convênios e contratos afetos à área do idoso, das organizações governamentais e não governamentais e a efetiva aplicação dos recursos públicos municipais, estaduais e federais controlando o desempenho das conveniadas;

 XI – atuar na definição de alternativas para adequação dos currículos escolares da rede pública municipal aos conteúdos do processo de envelhecimento social;

XII - promover, em parceria com o governo municipal, as articulações intra e inter secretarias, nos âmbitos municipal, estadual e federal, necessárias à implementação da política municipal do idoso;

XIII - incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, pesquisas na área do idoso, no âmbito municipal;

XIV - promover intercâmbio com os demais Conselhos Municipais, com o Conselho Estadual e Nacional, bem como, com órgãos não governamentais que atuem na área do idoso, visando à defesa e a garantia dos direitos dos mesmos;

XV - requerer aos órgãos competentes o descredenciamento de instituições destinadas à assistência ao idoso quando não estiverem cumprindo as finalidades propostas fazendo uso indevido dos recursos repassados;

XVI - examinar outros assuntos relativos à sua área de competência.

Seção III Da Estrutura e Funcionamento

- Art. 9º O Conselho Municipal do Idoso será composto dos seguintes membros efetivos, respeitando-se os seguintes critérios:
 - I Representantes de entidades governamentais, sendo:
- a. 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Ação Social;
 - b. 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
 - c. 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação
- e Cultura;
- d. 1 (um) representante da Secretaria de Esporte, Lazer e
- Turismo;
- e. 1 (um) representante da Câmara Municipal de Vereadores de Natércia.

Rua José de Souza Campos, 457 - Telefone: (0xx35)3456-1672

CÂMARA MUN. DE NATÉRCIA

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS

II - cinco (05) representantes de entidades não governamentais 33 que desenvolvem ações no Município, nas diversas áreas de atendimento ao idoso.

- § 1°. Os representantes de organizações da sociedade civil serão escolhidos pelo voto das entidades de defesa e interseções da política de atendimento dos direitos do Idoso, com sede no município de Natércia, reunidos em assembléia convocada pelo Prefeito Municipal, mediante oficio a todas as entidades cadastradas na Secretaria de Ação Social.
- § 2°. A cada titular corresponderá um suplente mantido a mesma representatividade.
- Art. 10. Os membros do Conselho e respectivos suplentes serão indicados ao Secretário Municipal de Ação Social, através de oficio, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do convite, e nomeados pela Prefeito Municipal, devendo a indicação ser feita:
- I pelos titulares dos respectivos órgãos, no caso dos representantes a que se refere o item I do art. 9°;
- II pelo representante das entidades convidadas, na hipótese do inciso II do art. 9°, dentre aquelas previamente definidas pela Secretaria Municipal de Ação Social.
- § 1°. O presidente do Conselho será eleito entre os seus membros, para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução para igual período.
- § 2°. O mandato de cada conselheiro terá duração de 02 (dois) anos, permanecendo em exercício até a nomeação dos novos conselheiros.
- § 3°. A função de membro do Conselho Municipal do Idoso não será remunerada, sendo seu desempenho considerado como serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões de Comissões ou participação em diligências.
- § 4°. O representante da Secretaria Municipal de Promoção Social desempenhará as funções de Secretário Executivo do Conselho.

Art. 11. São órgãos do Conselho Municipal do Idoso:

I - Plenário;

II - Mesa Diretora;



Rua José de Souza Campos, 457 - Telefone: (0xx35)3456-1672

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS

III - Secretaria Executiva.



- § 1º. O plenário é órgão deliberativo soberano do Conselho Municipal do Idoso.
- § 2º. A Mesa Diretora do Conselho Municipal do Idoso, eleita pela maioria absoluta de seus membros, para mandato de 01 (um) ano, permitida uma recondução, é composta dos seguintes cargos:
 - I Presidente, a quem cabe a representação do Conselho;
 - II Vice-Presidente;
 - III Secretário.
- § 3º. À Secretaria Executiva, órgão de apoio técnicoadministrativo do Conselho Municipal do Idoso, composto, no mínimo, pelo Secretário Executivo e um assistente administrativo, designado pelo Poder Executivo, especialmente convocado para o assessoramento permanente ou temporário do Conselho, compete:
- I manter cadastro atualizado das entidades e organizações de atendimento ao idoso no Município;
- II preparar e coordenar eventos promovidos pelo Conselho Municipal do Idoso relacionado à capacitação e atualização de recursos humanos envolvidos na prestação dos serviços junto à terceira idade;
- III fornecer e1ementos técnico políticos, para análise do
 Plano Municipal do Idoso e da proposta orçamentária;
- § 4º. Poderão ser instaladas Comissões Temáticas, integradas por entidades ou pessoas de notório saber, conforme dispuser o Regimento Interno, sem direito a voto.
- Art. 12. Cumpre ao Poder Executivo providenciar a alocação de recursos humanos e materiais necessários à instalação e funcionamento do Conselho Municipal do Idoso e sua Secretaria Executiva.
- Art. 13. A instalação do Conselho, com a posse de seus membros, dar-se-á no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de publicação da presente lei.

Parágrafo Único. Nos 30 (trinta) dias subsequentes à sua instalação, o Conselho baixará seu Regimento Interno.

CAPÍTULO V Das Disposições Gerais

Art. 14. Para atendimento das despesas de instalação e manutenção do Conselho Municipal do Idoso, no presente exercício, fica o



Rua José de Souza Campos, 457 - Telefone: (0xx35)3456-1672

CAMARA MUN. DE NATÉRCIA

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS

Chefe do Poder Executivo autorizado a movimentar créditos dentro do orçamento.

Art. 15. Os recursos financeiros necessários à implantação e a execução das ações afetas as áreas de Saúde, Assistência Social, Educação, Obras, Transporte, Urbanismo, Cultura, Esporte e Lazer serão consignados em seus respectivos orçamentos.

Art. 16. O Município, através da Secretaria de Ação Social proporcionará o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal do Idoso.

Art. 17. O primeiro presidente do Conselho Municipal do Idoso será eleito após a promulgação de seu Regimento Interno.

Art. 18. Qualquer alteração posterior à aprovação do Regimento Interno dependerá da deliberação de dois terços dos membros do Conselho.

Art. 19. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 08 de setembro de 2010.

William Maurício Goulart - Presidente

João Boanerges Martins- Vice- Presidente

Antônio Carlos de Souza - Secretário